

OS CRISTÃOS E A EUROPA HOJE

Queria começar com uma observação introdutória que diz respeito à relação entre a unidade da Europa e a unidade dos cristãos. Uma e outra estão ligadas, tal como estiveram ligadas historicamente a desunidade da Europa e a desunidade dos cristãos. E não é por acaso que o projeto Juntos pela Europa congrega cristãos de várias denominações. Há dias, numa reunião em que participei, alguém comentou a respeito da importância do diálogo entre empresários e trabalhadores católicos: se na sociedade portuguesa, os empresários e trabalhadores católicos, que estão unidos pela adesão ao Evangelho e a doutrina social da Igreja, não testemunharem este diálogo e os frutos do mesmo, quem o fará? E, em relação à unidade europeia pode dizer-se o mesmo: se os cristãos de várias denominações, unidos pela adesão ao Evangelho, não derem testemunho de unidade, como poderemos acreditar na unidade dos povos europeus?

De muitos lados se houve falar hoje de crise do projeto de unidade europeia. Não é só de hoje esse desencanto. Mas acontecimentos recentes tornam-no mais justificado. As últimas eleições europeias voltaram a caracterizar-se por uma grande abstenção, mas agora também por um crescimento significativo de partidos contrários à União Europeia. A crise financeira e económica que nos atinge e atinge outros países europeus, e a forma como a ela têm reagido os vários países envolvidos parece revelar a falta de consciência de um bem comum europeu, como se cada governo lutasse apenas pelos seus interesses nacionais (como quem «puxa a brasa à sua sardinha») vistos numa perspetiva limitada, porque só eles (e não a visão desse bem comum europeu) são tidos em consideração pelos eleitorados respetivos.

Para que a unidade europeia assente em alicerces sólidos, importa, porém, que surja essa consciência de um bem comum europeu. E para tal, tem de haver um cimento aglutinador que mobilize as mentes, os afetos e as vontades de todos os europeus. De modo a que um cidadão alemão pode sentir como seus os problemas dos cidadãos gregos e vice-versa. Para que nasça um demos (um povo) europeu. Para isso, é essencial a consciência de um património histórico e cultural comum, em que assenta um projeto de futuro que gira em torno de valores também comuns. São estas duas realidades que dão força e vitalidade às várias nações. A Europa não pode pretender substituir as nações, mas pode tornar-se uma família de nações assente nesse património comum e nesse projeto em torno de valores comuns.

O património histórico e cultural que é comum aos europeus, do Norte e do Sul, do Leste e do Oeste, encontra no cristianismo um elemento decisivo, que não exclui outros contributos, mas os integra numa síntese característica. Os valores que fundam o projeto da unidade europeia (a dignidade da pessoa humana, a paz, a justiça social, a solidariedade, a abertura à fraternidade universal) encontram no cristianismo a sua semente histórica, sem que neles deixem de se reconhecer europeus de diferentes convicções.

Por outro lado, o cristianismo não pode ser reduzido a uma marca identitária como outra qualquer, que cria barreiras com outras áreas culturais (numa lógica de conflito de civilizações). Afirmar as raízes cristãs da Europa é comprometedor, porque exige a coerência com os valores cristãos (e não apenas a manutenção dos sinais externos dessas raízes). Na coerência com esses valores, a Europa não pode ser uma fortaleza, ou um oásis de paz e prosperidade num mundo turbulento e pobre a que é indiferente. As raízes cristãs da Europa conduzem à hospitalidade e ao encontro com povos de outras culturas.

O projeto Juntos pela Europa – pode dizer-se – assenta “como uma luva” neste objetivo. Pretende reavivar as raízes cristãs da Europa. Reavivar é mais do que preservar um tesouro do passado num museu. Os cristãos, como “pedras vivas”, querem dar o seu contributo

para o futuro do projeto de unidade europeia, vivendo aqueles valores em que esse projeto deve assentar para ser verdadeiramente mobilizador. Neste contexto, propõem o manifesto dos vários “sins” (porque se trata de uma proposta positiva, antes de ser uma qualquer condenação, um “não”): “sim” à vida, à família, à paz, à solidariedade, a uma economia justa, à integridade da criação (à ecologia).

Gostaria agora de vos falar dos dois discursos do Papa Francisco ao Parlamento Europeu e à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, de novembro passado. São dos discursos mais importantes do seu pontificado até agora. Situam-se na linha do que sobre a Europa já haviam afirmado os Papas São João Paulo II e Bento XVI. Foram aplaudidos por deputados dos mais variados quadrantes (é verdade que uns aplaudiram sobretudo umas partes, e outros sobretudo outras partes, mas acho que todas as partes dos discursos merecem aplausos por igual, por que cada uma delas se integra num todo global e coerente). Nesses discursos podemos encontrar a consonância com o que acima disse, com o objetivo de mobilizar os europeus em torno de um projeto comum, na linha do que é também o objetivo dos Juntos pela Europa. E serão talvez os textos que, num ambiente como o atual, de desânimo e em que prevalece o “europessimismo” (em que prevalece uma imagem da Europa cansada, envelhecida, infecunda e amedrontada, como realisticamente também se reconhece nesses textos) manifestam maior confiança e entusiasmo no projeto de unidade europeia.

Sobre a história da Europa e as suas raízes cristãs, afirma o Papa no seu discurso ao Parlamento Europeu:

«E uma história bimilenária liga a Europa e o cristianismo. Uma história não livre de conflitos e erros, e também de pecados, mas sempre animada pelo desejo de construir o bem. Vemo-lo na beleza das nossas cidades e, mais ainda, na beleza das múltiplas obras de caridade e de construção humana comum que constelam o Continente. Esta história ainda está, em grande parte, por escrever. Ela é o nosso presente e também o nosso futuro.»

E, no discurso à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa:

«Juntamente com as raízes – que é preciso procurar, encontrar e manter vivas com o exercício diário da memória, pois constituem o património genético da Europa –, existem os atuais desafios do Continente que nos obrigam a uma criatividade contínua, para que estas raízes sejam fecundas nos dias de hoje e se projetem para as utopias do futuro.»

Fidelidade às raízes e criatividade contínua. É isso que propõe o Juntos pela Europa. É esse o desafio para todos os cristãos europeus. O Papa cita, a este propósito, no discurso ao Parlamento Europeu, a celebre Carta a Diogneto, um texto que descreve a vida dos primeiros cristãos: «os cristãos são no mundo o que a alma é para o corpo».

Podemos encontrar, também, nos dois discursos ecos dos vários “sins” do manifesto do Juntos pela Europa.

Sobre o “sim à vida”, no discurso ao Parlamento Europeu:

«O ser humano corre o risco de ser reduzido a mera engrenagem dum mecanismo que o trata como se fosse um bem de consumo a ser utilizado, de modo que a vida – como vemos, infelizmente, com muita frequência –, quando deixa de ser funcional para esse mecanismo, é descartada sem muitas delongas, como no caso dos doentes, dos doentes terminais, dos idosos abandonados e sem cuidados, ou das crianças mortas antes de nascer.»

Sobre o “sim à família”, também no mesmo discurso:

«O primeiro âmbito é seguramente o da educação, a começar pela família, célula fundamental e elemento precioso de toda a sociedade. A família unida, fecunda e indissolúvel traz consigo os elementos fundamentais para dar esperança ao futuro. Sem uma tal solidez, acaba-se por construir sobre a areia, com graves consequências sociais. Aliás, sublinhar a importância da família não só ajuda a dar perspectivas e esperança às novas gerações, mas também a muitos idosos, frequentemente constringidos a viver em condições de solidão e abandono, porque já não há o calor dum lar doméstico capaz de os acompanhar e apoiar.»

Impõe-se reconhecer que nestes dois âmbitos, a ação da União Europeia tem desiludido muitas pessoas que acreditam num projeto de unidade europeia assente nos valores da defesa da vida e da família. Em organismos internacionais, representantes da União Europeia estão normalmente na vanguarda da defesa do pretenso "direito ao aborto" e da alteração do conceito de casamento como união entre um homem e uma mulher. Nesta linha foram também recentemente aprovadas duas resoluções do Parlamento Europeu. Não se compreende que assim seja, pois, por um lado, não estamos perante matérias da competência da União Europeia e, por outro lado, estamos perante questões que estão longe de ser consensuais. A unidade europeia há de assentar em valores que unem, não questões que dividem e estas questões dividem profundamente os europeus (por isso, são habitualmente designadas por "fraturantes") e contrastam com os valores mais precisos de muitos deles. Não é certamente assim que pode ser mobilizado o entusiasmo de todos em prol do projeto da unidade europeia.

Sobre o "sim à paz", é sempre bom lembrar a história da Europa, durante séculos marcada por guerras, e o que nela representa a experiência inovadora da União Europeia. Recentemente, ouvi ao arcebispo inglês Paul Gallagher, secretário para as relações com os Estados (o "ministro dos negócios estrangeiros" do Vaticano): a União Europeia permitiu que a minha geração não tenha conhecido a guerra, ao contrário da geração dos meus pais, e da geração dos meus avós.

Sobre a paz, afirma o Papa no seu discurso à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa:

«Para conquistar o bem da paz é preciso, antes de mais nada, educar para ela, desterrando uma cultura do conflito que visa amedrontar o outro, marginalizar quem pensa ou vive de forma diferente. É verdade que o conflito não pode ser ignorado ou dissimulado; deve ser aceite. Mas, se ficamos bloqueados nele, perde-se perspectiva, os horizontes reduzem-se e a própria realidade fica fragmentada. Quando estagnamos na situação de conflito, perdemos o sentido da unidade profunda da realidade, paramos a história e caímos no desgaste interior de contradições estéreis.»

Quanto ao "sim à solidariedade", o Papa sublinha, no seu discurso ao Parlamento Europeu, a importância de superar uma visão individualista, que não associa os direitos aos deveres:

«Por isso, considero que é mais vital hoje do que nunca aprofundar uma cultura dos direitos humanos que possa sapientemente ligar a dimensão individual, ou melhor, pessoal, à do bem comum, àquele "nós-todos" formado por indivíduos, famílias e grupos intermédios que se unem em comunidade social. Na realidade, se o direito de cada um não está harmoniosamente ordenado para o bem maior, acaba por conceber-se sem limitações e, por conseguinte, tornar-se fonte de conflitos e violências.

(...) Uma das doenças que, hoje, vejo mais difusa na Europa é a solidão, típica de quem está privado de vínculos. Vemo-la particularmente nos idosos, muitas vezes abandonados à sua

sorte, bem como nos jovens privados de pontos de referência e de oportunidades para o futuro; vemo-la nos numerosos pobres que povoam as nossas cidades; vemo-la no olhar perdido dos imigrantes que vieram para cá à procura de um futuro melhor.»

Nestes discursos, como noutras ocasiões, o Papa Francisco sublinha, pois, a importância da solidariedade para com os imigrantes e os refugiados. Assim, no discurso ao Parlamento Europeu:

«De igual forma, é necessário enfrentar juntos a questão migratória. Não se pode tolerar que o Mar Mediterrâneo se torne um grande cemitério! Nos barcos que chegam diariamente às costas europeias, há homens e mulheres que precisam de acolhimento e ajuda. (...). A Europa será capaz de enfrentar as problemáticas relacionadas com a imigração, se souber propor com clareza a sua identidade cultural e implementar legislações adequadas capazes de tutelar os direitos dos cidadãos europeus e, ao mesmo tempo, garantir o acolhimento dos imigrantes; se souber adotar políticas justas, corajosas e concretas que ajudem os seus países de origem no desenvolvimento sociopolítico e na superação dos conflitos internos – a principal causa deste fenómeno – em vez das políticas interesseiras que aumentam e nutrem tais conflitos. É necessário agir sobre as causas e não apenas sobre os efeitos.»

A respeito do “sim a uma economia justa”, o Papa volta a sublinhar mais uma vez a necessidade de colocar a economia e os mercados ao serviço da pessoa humana, e não o contrário, pois só assim pode ser combatida a pobreza. E este combate não se confunde com o assistencialismo, supõe a «dignidade que é conferida pelo trabalho», a dignidade de (como disse noutras ocasiões) «trazer para casa o pão da cada dia».

Afirma, a este respeito, o Papa Francisco, no discurso ao Parlamento Europeu:

«O segundo âmbito em que florescem os talentos da pessoa humana é o trabalho. É tempo de promover as políticas de emprego, mas acima de tudo é necessário devolver dignidade ao trabalho, garantindo também condições adequadas para a sua realização. Isto implica, por um lado, encontrar novas maneiras para combinar a flexibilidade do mercado com as necessidades de estabilidade e certeza das perspetivas de emprego, indispensáveis para o desenvolvimento humano dos trabalhadores...»

Quanto ao “sim à integridade da criação” (o que noutros ambientes se designa pela proteção do ambiente ou do equilíbrio ecológico), o Papa, no discurso ao Parlamento Europeu, destaca o facto de a Europa estar na primeira linha deste tipo de preocupações. E afirma:

«A Europa sempre esteve na vanguarda dum louvável empenho a favor da ecologia. De facto, esta nossa terra tem necessidade de cuidados e atenções contínuos e é responsabilidade de cada um preservar a criação, dom precioso que Deus colocou nas mãos dos homens. Isto significa, por um lado, que a natureza está à nossa disposição, podemos gozar e fazer bom uso dela; mas, por outro, significa que não somos os seus senhores. Guardiões, mas não senhores. (...). Mas, respeitar o ambiente não significa apenas limitar-se a evitar deturpá-lo, mas também utilizá-lo para o bem. Penso sobretudo no sector agrícola, chamado a dar apoio e alimento ao homem. Não se pode tolerar que milhões de pessoas no mundo morram de fome, enquanto toneladas de produtos alimentares são descartadas diariamente das nossas mesas. Além disso, respeitar a natureza lembra-nos que o próprio homem é parte fundamental dela. Por isso, a par duma ecologia ambiental, é preciso a ecologia humana, feita daquele respeito pela pessoa que hoje vos pretendi recordar com as minhas palavras.»

Este conceito de "ecologia humana" é habitualmente ignorado quando se fala de ecologia. Significa o respeito por aquele desígnio da criação (da lei natural) que diz respeito às relações humanas, à sexualidade e à família. Afirma o Papa emérito Bento XVI na encíclica *Caritas in veritate* (n. 51): «Se não é respeitado o direito à vida e à morte natural, se se tornam artificiais a conceção, a gestação e o nascimento do homem, se são sacrificados embriões humanos na pesquisa, a consciência comum acaba por perder o conceito de ecologia humana e, com ele, o de ecologia ambiental. É uma contradição pedir às novas gerações o respeito do ambiente natural, quando a educação e as leis não as ajudam a respeitar-se a si mesmas. O livro da natureza é uno e indivisível, tanto sobre a vertente do ambiente como sobre a vertente da vida, da sexualidade, do matrimónio, da família, das relações sociais, numa palavra, do desenvolvimento humano integral.»

O lema da União Europeia é "unidade na diversidade". E é esse, talvez, o seu maior desafio, o de uma experiência inédita de conjugação da unidade da Europa, com o seu património histórico comum e o seu projeto em torno de valores comuns, de que acima falei, com a riqueza das diferenças nacionais, que essa unidade não deverá abolir. Para enfrentar este desafio, os cristãos também podem dar um importante contributo.

Desde logo, a fé no Deus uno e trino tem consequências sociais, ainda em larga medida por descobrir, que permitem conjugar unidade e diversidade. Como afirma também Bento XVI na encíclica *Caritas in veritate* (n. 54): «As próprias relações entre os homens, ao longo da história, só podem ganhar com a referência a este Modelo divino».

Por outro lado, a doutrina social da Igreja assenta na harmonia dos princípios da solidariedade e da subsidiariedade. Por este princípio deve entender-se a exigência de que as comunidades maiores não absorvam a iniciativa das pessoas e das comunidades menores, antes as apoiem ou supram as suas insuficiências, sem as substituírem. Assim deve ocorrer entre a União Europeia e os Estados nacionais.

Sobre esta questão, afirma o Papa no discurso ao Parlamento Europeu:

«O lema da União Europeia é "Unidade na diversidade", mas a unidade não significa uniformidade política, económica, cultural ou de pensamento. Na realidade, toda a unidade autêntica vive da riqueza das diversidades que a compõem: como uma família, que é tanto mais unida quanto mais cada um dos seus componentes pode ser ele próprio profundamente e sem medo. Neste sentido, considero que a Europa seja uma família de povos (...)»

E no discurso à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa retoma a alusão à imagem do poliedro, a que já aludiu várias vezes:

«Falar da multipolaridade europeia significa falar de povos que nascem, crescem e se projetam para o futuro. A tarefa de globalizar a multipolaridade da Europa não a podemos imaginar com a figura da esfera – onde tudo é igual e ordenado, mas redutora porque cada ponto é equidistante do centro –, mas sim com a do poliedro, onde a unidade harmoniosa do todo conserva a singularidade de cada uma das partes.»

A propósito de um outro valor em que assenta o projeto da unidade europeia, o da dignidade da pessoa humana, o Papa Francisco aborda, no seu discurso ao Parlamento Europeu, a questão da abertura à transcendência, da abertura a Deus. A dignidade da pessoa humana é uma dignidade transcendente, tem a sua fonte em Deus. Se assim não fosse, se tivesse a sua fonte numa convenção humana ou numa concessão do Estado, estaria à mercê de qualquer poder e de qualquer arbitrariedade. Os direitos da pessoa humana são reconhecidos

pelo Estado, mas não por este criados. Afirma o Papa: «É precisamente a partir da necessidade de uma abertura ao transcendente que pretendo afirmar a centralidade da pessoa humana; caso contrário, fica à mercê das modas e dos poderes do momento.»

Mas é o próprio espírito da cultura europeia que fica reduzido e truncado sem esta abertura a Deus. Diz também o Papa nesse discurso:

«Para responder a esta pergunta, permiti-me lançar mão de uma imagem. Um dos mais famosos frescos de Rafael que se encontram no Vaticano representa a chamada Escola de Atenas. No centro, estão Platão e Aristóteles. O primeiro com o dedo apontando para o alto, para o mundo das ideias, poderíamos dizer para o céu; o segundo estende a mão para a frente, para o espectador, para a terra, a realidade concreta. Parece-me uma imagem que descreve bem a Europa e a sua história, feita de encontro permanente entre céu e terra, onde o céu indica a abertura ao transcendente, a Deus, que desde sempre caracterizou o homem europeu, e a terra representa a sua capacidade prática e concreta de enfrentar as situações e os problemas.»

Eis, também aqui, o contributo insubstituível dos cristãos, e dos Juntos pela Europa, na construção da unidade europeia. Não podem ser os Estados, com a laicidade que os caracteriza (fruto também ela de uma semente evangélica: Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus) a garantir esta abertura ao transcendente. Deles se pode exigir apenas que não a obstaculizem, limitando a liberdade religiosa nalguma das suas dimensões. Só o testemunho dos cristãos pode garantir essa abertura da Europa a Deus, a Europa do espírito (mais importante do que a Europa da economia, ou mesmo a Europa da cultura).

Essa abertura da Europa a Deus serve de antídoto ao terrorismo fundamentalista. Ao contrário do que por vezes se afirma, esse antídoto não é a eliminação das religiões do espaço público, como se estas fossem necessariamente fator de violência. Pelo contrário, quando genuinamente vividas, são fator de paz. E a surpreendente e chocante atração de jovens pelo fundamentalismo nasce de um vazio de ideais que é preenchido da pior maneira, mas que não pode ser ignorado e que deveria ser antes preenchido da melhor maneira.

Afirma, a este respeito, o Papa Francisco no discurso ao Parlamento Europeu:

«De igual modo, estou convencido de que uma Europa que seja capaz de conservar as suas raízes religiosas, sabendo apreender a sua riqueza e potencialidades, pode mais facilmente também permanecer imune a tantos extremismos que campeiam no mundo atual – o que se fica a dever também ao grande vazio de ideais a que assistimos no chamado Ocidente –, pois “o que gera a violência não é a glorificação de Deus, mas o seu esquecimento”» - esta última citação é do discurso de Bento XVI aos membros do Corpo Diplomático, de 7 de janeiro de 2013.

Gostaria de concluir com a citação da conclusão desse discurso ao Parlamento Europeu. Por esta se pode confirmar o que eu acima disse: neste contexto de desalento e de desconfiança em relação ao projeto de unidade europeia, ninguém como o Papa Francisco, sem nunca deixar de ser realista ou ignorar a gravidade dos problemas com que se confronta esse projeto, pronunciou palavras tão encorajadoras. Concluiu ele desta forma esse discurso:

«Queridos Eurodeputados, chegou a hora de construir juntos a Europa que gira, não em torno da economia, mas da sacralidade da pessoa humana, dos valores inalienáveis; a Europa que abraça com coragem o seu passado e olha com confiança o seu futuro, para viver

plenamente e com esperança o seu presente. Chegou o momento de abandonar a ideia de uma Europa temerosa e fechada sobre si mesma para suscitar e promover a Europa protagonista, portadora de ciência, de arte, de música, de valores humanos e também de fé. A Europa que contempla o céu e persegue ideais; a Europa que assiste, defende e tutela o homem; a Europa que caminha na terra segura e firme, precioso ponto de referência para toda a humanidade!»

Faro, 8 de maio de 2015

Pedro Maria Godinho Vaz Patto